

AO TOQUE DA SINETA – VIVÊNCIAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO E NORMAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

56

Rodrigo Azevedo

CIIE da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e Universidade Portucalense

Este artigo dará conta dos resultados actuais de um laborioso e vasto trabalho, no concernente às temáticas envolvidas que, há mais de uma década, se encontra em permanente construção. Ele assenta numa pesquisa de profundidade sobre vestígios. Vestígios estes que possibilitem reconstituir, o mais detalhadamente possível, as vivências quotidianas estudantis. Neste caso específico, as dos estudantes dos Ensinos Liceal, Técnico e Normal durante a Primeira República.

A pesquisa assentou na análise da documentação produzida nos liceus de Braga, Guimarães e Viana do Castelo e na Escola Técnica de Viana do Castelo, bem como de diversos títulos da imprensa periódica de várias cidades e de matizes políticos e informativos diversos.

A importância das instituições educativas de nível médio e secundário para as povoações onde eram instaladas

Os liceus, as escolas de Ensino Técnico, bem como as do Ensino Normal, tinham uma importância para as cidades e algumas vilas onde estavam instaladas muito para além da imediata posse prestigiosa de um estabelecimento de Ensino Secundário, ou de formação de professores. Um número apreciável de estudantes, principalmente nos casos dos liceais e dos normalistas, deslocava-se de povoações afastadas dezenas, ou até centenas de quilómetros. Tal facto criava, desde logo, a procura de uma extensa gama de serviços que se tornava relevante para a economia local. Isso significava, para muitas das urbes mais pequenas, um acréscimo relevante da população residente. Impulsionava a criação de escolas do Ensino Particular, que, em muitos casos, parasitavam os liceus, albergando não só alunos internos, mas tam-

bém, em regime de apoio ao estudo e alojamento, bastantes estudantes liceais. Ainda no mesmo âmbito, constituía-se uma rede de explicadores, muitos dos quais ofereciam também hospedagem, em quartos individuais, ou em habitações colectivas. Entre estes explicadores destacavam-se, pelo seu peso quantitativo, os membros do clero e os oficiais do Exército reformados. A existência destes estudantes, para o comércio alimentar, de roupa e de calçado, bem como para outros sectores, como a restauração e os estabelecimentos de diversão, era relevante, quando não factor determinante de sobrevivência.

Muitos anúncios inseridos nos jornais espelham bem a constituição de um mercado específico gerado pelo público estudantil. Assim, eram publicitadas ofertas de alojamento:

Uma casa em um dos melhores sítios da cidade recebe dois a trez estudantes, com magnífico trato, e preços commodos (¹).

ou

Meninas

Que queiram frequentar a Escola Normal, Escola medica, ou outro estabelecimento d'ensino, recebem-se d'outubro em diante na rua da Boavista 104 – Porto (²).

Da mesma forma, os anúncios a explicadores surgiam constantemente nos periódicos:

Diplomada pela Escola Normal do Porto, lecciona 1.º e 2.º graus, e o curso do magistério. Habilita até ao 5.º anno do Lyceu; portuguez, francez e inglez singular; historia, geographia e desenho. Rua do Bomfim n.º 281 (³).

O snr. Arlindo Machado da Costa, bem conhecido professor de ensino livre, participa-nos que mudou a sua residência para a rua da Cruz de pedra n.º 52, e que alli ou em casa dos alumnos continua a leccionar e a explicar as disciplinas de ensino primario, normal e secundario (⁴).

Edifícios inadequados e decrepitos

Quando a República se iniciou a generalidade das instituições de Ensino Secundário e Normal encontrava-se instalada em velhos conventos, que se tinham tornado propriedade estatal em consequência da extinção das ordens religiosas pelo Liberalismo, bem como noutros edifícios, dos quais se destacavam os palacetes, arrendados propositadamente. Grande parte destes prédios não tinha condições mínimas para albergar uma escola e as adaptações, quando sucederam, muito raramente foram as suficientes, ou as convenientes.

Era frequente a existência de iniciativas por parte dos pais, de grupos de cidadãos, de jornalistas, de professores e de reitores, ou directores, que visavam a denúncia desta situação, bem como pressionar os Governos a alterá-la radicalmente. Em termos paradigmáticos os «*paes e tutores dos alumnos*» do bracarense Liceu Sá de Miranda, descreviam numa representação ao ministro do Interior, então ainda responsável pelo sector educativo, as condições que os seus educandos enfrentavam *muito longe de satisfazer às condições de ventilação, de luz, de acao e de conforto, que são indispensaveis n'um moderno estabelecimento de*

educação publica. No velho edificio monástico onde funciona o lyceu central de Braga, a diferentes classes são destinadas salas acanhadissimas, algumas em immediato contacto com a rua, cujos ruidos perturbadores frequentemente embaraçam os trabalhos e licções escolares; e nos intervallos das aulas os alumnos, não dispendo de qualquer conveniente recinto onde possam dedicar-se aos jogos e exercícios physicos de expansão muscular próprios da sua idade, ou vão para a via publica abandonados a si mesmos, ou vagueiam por escuros e infectos corredores, sem possibilidade de sobre elles ser exercida uma rigorosa vigilância (⁵)».

Esta é uma imagem deprimente que se vê repetida em relação a muitas outras instituições de Ensino. As excepções eram escassas e principalmente viradas para a construção de edifícios liceais, alguns ainda durante a Monarquia, outros já durante a República, tendo sido a maioria erigida em Lisboa e no Porto. O novo regime fez obras em diversos edifícios e transferiu vários estabelecimentos de Ensino para outros imóveis, entretanto nacionalizados. Assim aconteceu, por exemplo, no caso do Liceu de Viana do Castelo, que se transferiu, logo em 1911, de um palacete alugado para uma antiga residência jesuítica e no do Liceu de Braga, mudado em 1921, após um longo processo judicial, para o antigo colégio católico do Espírito Santo, um dos maiores edifícios escolares do País. No entanto, muito raramente foram executadas obras de fundo que proporcionassem a existência de boas condições pedagógicas e higiénicas.

57



Professores no recreio do Liceu Sá de Miranda

A indisciplina em contexto escolar

Outra queixa permanente prendia-se com o escasso número de funcionários de que cada insti-

tuição escolar era dotada, para além de, em muitos casos, terem já uma propecta idade. As autoridades académicas reclamavam constantemente perante a tutela, alertando que, com a sua falta, a disciplina correrá grave risco e a educação moral dos alunos deixará muito a desejar⁽⁶⁾.

A inexistência, num número elevado de casos, de espaços próprios para recreio dos estudantes, atirava estes constantemente para a via pública. Como muitos liceus e escolas se situavam em zonas centrais das urbes disso, resultava estarem os seus alunos em permanente escrutínio público. Apesar disso, o conflito, quer entre alunos, individualmente ou em grupo, quer destes com passantes estalava facilmente. Como afirmava um reitor isso tem dado lugar e continuará a dar a fatos lastimáveis, que redundam em desprestígio deste liceu e portanto do proprio Estado⁽⁷⁾.

Em virtude destas condições a existência de actos de indisciplina fora dos espaços lectivos era muito vulgar, muito particularmente nos liceus e nas escolas técnicas. A forma primária das acções então assim consideradas consistia em corridas e gritos pelos corredores, mesmo quando decorriam aulas:

O conselho tomou conhecimento duma desordem que se havia dado entre alguns estudantes, ás onze horas da manhã do dia nove de Dezembro, no primeiro andar do liceu, estorvando o exercício das aulas em que alguns professores se viram forçados a interromperem os seus trabalhos, sem que os contendores respeitassem as admoestações do empregado que procurava apaziguá-los [continuando] com encontrões, insultos e grande algazarra, com o que se perturbara o serviço das aulas algumas das quaes, por este motivo, não puderam funcionar⁽⁸⁾.

Num grau já superior incluíam-se o desrespeito aos professores, ou a funcionários, a agressão a, ou entre, colegas, em alguns casos com utilização de bengalas, armas brancas, ou outros instrumentos contundentes e, finalmente, a luta entre grupos formados espontaneamente, ou organizados, de alunos. As actas das reuniões dos Conselhos Escolares, muito particularmente dos liceais, bem como a correspondência mantida pelos reitores, ou directores, com os encarregados de educação, quando não com os órgãos do Ministério da Instrução, apresentam ricos e ilustrativos exemplos destes factos.

Assim, foi apresentada uma (...) queixa contra o aluno da sexta classe (...), por este bater numa

criança do primeiro ano, dentro do liceu, com a agravante de responder menos respeitosa ao professor Dr. Balthazar Ribeiro, quando este presenciando o facto o repreendeu como lhe competia, mas muito delicadamente⁽⁹⁾.

As decisões disciplinares dos Conselhos Escolares pretendiam ser exemplares, pela dureza usual das penas aplicadas aos estudantes responsáveis por actos considerados como fortemente transgressores. Às agressões com instrumento ofensivo eram, praticamente sempre, aplicadas suspensões muito prolongadas:

Outro processo (...) foi o instaurado contra o aluno da segunda classe terceira turma (...), acusado de ter agredido e ferido com uma raspadeira de escritório o aluno, seu condiscipulo (...) na cerca anexa a este liceu.

Depois de apreciados devidamente os depoimentos das testemunhas inquiridas e a defesa apresentada pelo arguido, procedeu-se à votação da pena de exclusão da frequência deste liceu por um ano a contar da presente data⁽¹⁰⁾.

Como era assinalado num periódico:

Apezar de todas as recommendações e bons conselhos dos professores (...) As antigas brincadeiras e jogos d'outros tempos passaram a historia e hoje as luctas corpo a corpo são o exercício favorito da maioria, as quaes, não obedecendo a regras, não poucas vezes arruinam a saúde⁽¹¹⁾.

Alguns tipos de incidentes, também integrantes do quotidiano liceal, muito raramente transpuseram o nível de sussurro, para serem apenas inscritos em documentos oficiais e hoje podem ser resgatados do pó. Tudo o que se referia à homossexualidade, sempre presente num contexto juvenil de entrada na idade adulta, inclui-se neste contexto. Num dos poucos casos encontrados, um reitor informa o respectivo Conselho Escolar que:

o aluno da quarta classe (...) lhe dirigira uma queixa, por escrito, contra o aluno da quinta (...) a quem acusou de ter tentado obrigá-lo à pratica de actos obscenos, esbofeteando-o, por ele a isso se não ter prestado, e contundindo-o a ponto de o queixoso não ter podido comparecer às aulas de tarde⁽¹²⁾.

Este texto também revela a existência de formas de coacção entre colegas e um dos tipos de assédio de que elas sempre se revestiram.



Alunos do Curso Comercial da Escola Industrial e Comercial Frei Bartolomeu dos Mártires

As salas de aulas constituíam um microcosmo com regras e exigências disciplinares específicas. A existência de incidentes disciplinares no decurso das aulas é revelada na documentação interna das escolas, onde surge frequentemente.

Por ele se apurou, à evidência, até porque, com mais ou menos franqueza, todos os arguidos o confessaram, o seguinte: (...) que os alunos [quatro alunos e uma aluna] tem praticado, dentro das aulas – nomeadamente de Desenho, Matemática e Ciências – factos, donde manifestamente resulta quebra de disciplina escolar e desrespeito aos respectivos professores⁽¹³⁾.

A falta de respeito pelos professores era a causa principal dos processos disciplinares encontrados nos liceus minhotos. A ausência de atenção, as perturbações ruidosas, a recusa de responder às questões colocadas pelos docentes, a atitude considerada insolente, os insultos e as ameaças dirigidos ao professor e a tentativa de agressão a este constituíam, por ordem decrescente de importância, as queixas usuais. Incidentes verificados apenas entre alunos parece terem sucedido mais raramente. Da prática destes actos, embora sendo predominantemente realizados por alunos, até pelo peso percentual que estes tinham, não estiveram arredadas algumas alunas, como se verifica no processo disciplinar atrás referido.

As ameaças aos docentes no exercício das suas funções eram consideradas gravíssimas e como tal penalizadas exemplarmente. Assim, por exemplo:

O Ex.mo Reitor (...) declarou que tinha recebido uma queixa apresentada pelo professor João Pereira Vasco contra o aluno (...) da quarta classe (...) por este o ter ameaçado no dia vinte e cinco do corrente mês no fim da aula de Geografia e História, caso não obtivesse na referida aula me-

dia suficiente para transitar para a quinta classe. O conselho escolar em vista desta declaração resolveu instaurar ao mesmo aluno o processo académico e participar o ocorrido para o Poder Judicial⁽¹⁴⁾.

O recurso ao Poder Judicial, no caso da prática de incidentes críticos como este, era sancionado pela Lei. Neste caso concreto o aluno foi suspenso por seis meses, como corolário do processo disciplinar que lhe foi instaurado.

A perturbação trazida pelo incremento da frequência feminina

Excluído o caso das Escolas Normais, dado o peso predominantemente feminino do seu público, o forte aumento da frequência escolar feminina, muito particularmente no Ensino Liceal, verificado na República, veio incrementar uma evidente inquietação entre os responsáveis escolares, os professores e os encarregados de educação, que se tinha gerado com a matrícula das primeiras alunas na década de 1880. A generalidade dos liceus era mista, com a exclusão do liceu feminino de Lisboa, nascido ainda na Monarquia, e dos do Porto e Coimbra, criados já na República. Passa a ser defendida a criação de liceus congéneres em algumas cidades e de secções liceais femininas nas restantes. Tal não tendo sido concretizado, discute-se nos Conselhos Escolares, debate-se na Imprensa e nas reuniões de pais a criação de espaços próprios em cada estabelecimento de Ensino, visando isolar as jovens estudantes de qualquer tipo de contacto com os seus colegas, que ultrapassasse o existente nas salas de aula. Vários professores tomaram, nas reuniões regulamentares de docentes, a palavra para exigirem a separação dos espaços de recreio dos alunos dos dois sexos, impedindo qualquer tipo de convivência entre eles. Num Conselho escolar do Liceu vianense, por exemplo:

Pelo professor Ferreira Neves foi a seguir exposto ao conselho o inconveniente que havia para a disciplina e moralidade dos alunos e especialmente das alunas matriculadas neste Liceu pelo facto de estas andarem livremente em promiscuidade com os alunos no átrio do Liceu nos intervalos das aulas e antes destas começarem⁽¹⁵⁾.

Em consequência desta proposta o Conselho Escolar, decidiu que, durante os momentos sem aulas, as alunas fossem confinadas dentro de

uma sala específica, numa medida pontual e que rapidamente foi esquecida.



Fotografia de estúdio de alunas do Liceu Sá de Miranda

Muitos encarregados de Educação alegavam que não matriculavam as suas filhas nos liceus, preferindo o Ensino Particular, por recusarem o regime coeducativo e não aceitarem a convivência entre os alunos de ambos os sexos e propunham constantemente medidas como as seguintes:

Que para as alumnas se estabeleça entrada especial, destinando-se-lhes aposentos próprios, onde possam permanecer nos intervallos das aulas e que d'entre os empregados a nomear, um d'elles seja do sexo feminino, para as vigiar e manter a disciplina ⁽¹⁶⁾.

As dificuldades impostas pelas limitações espaciais de cada edifício escolar e a crónica falta de disponibilidades financeiras dos magros orçamentos anuais dos liceus impossibilitaram, quase sempre, a concretização de qualquer projecto deste género. Neste contexto, as medidas limitavam-se, essencialmente, a constituir turmas exclusivamente femininas, o que só era possível nos liceus mais frequentados e, quase sempre, apenas nos dois ou três primeiros anos, os únicos em que o número de alunas era suficiente para isso. Nos restantes casos, às estudantes eram, geralmente, destinadas as carteiras da frente em cada sala de aula.

Torna-se evidente, quando se consulta os documentos produzidos em reuniões de professores, ou pelos reitores, que boa parte dos docentes não se opunha, pelo menos de forma explícita, à co-instrução dos dois sexos em ambiente de aula, pronunciando-se pela inexistência de inconvenientes assinaláveis. Este era o caso do reitor Alfredo Machado do Liceu Sá de Miranda:

O conselho compreende as subidas vantagens que adviriam para a disciplina liceal da conveniente separação dos alunos de sexo, idade e desenvolvimento intelectual muito diferente (...) mas não é nas aulas, sob a vigilância do professor e durante a lição, atraente pelo interesse despertado, que a camaradagem daqueles alunos trará perigos apreciáveis ⁽¹⁷⁾.

Agressões a professores e tumultos

Por diversas vezes, o quotidiano estudantil ficou marcado pelo protesto em grupo, pela manifestação e pelo tumulto. Um dos momentos mais marcantes para o suceder deste tipo de ocorrência era o da realização de exames. A reprovação raramente era bem aceite e, nos casos em que atingia um número elevado de estudantes, podia resultar em incidentes graves, como por exemplo:

Na escola normal de Bragança deram-se sabbado tumultos, por terem sido reprovados, nas provas escriptas do 3.º anno, 14 dos 27 alumnos submetidos às mesmas provas.

Alguns professores foram apupados e parte do mobiliário partido.

Os exames foram suspensos ⁽¹⁸⁾.

A agressão a docentes na sequência da publicação dos resultados de exames não era, aliás, um acto raro e tanto podia suceder no interior das escolas como, mais frequentemente, noutros espaços urbanos.

Hontem, ao começo da tarde, no campo dos Martyres da Patria, em frente ao mercado do Anjo, alguns alumnos do Lyceu Rodrigues de Freitas agrediram a murro o professor d'aquelle estabelecimento de ensino, snr. Monteiro de Araujo, em consequência, dizem, de haver reprovado um estudante.

Compareceram tres soldados da guarda republicana do posto da cadeia, não chegando, porém, a capturar nenhum dos aggressores, os quaes abandonaram immediatamente o referido professor, que teve uma hemorragia pelo nariz ⁽¹⁹⁾.

Outros factos provocaram situações similares, sendo alguns até surpreendentes quanto à razão dos protestos e ao grau de exaltação e violência que eles assumiam, como sucedeu em 1914 no liceu funchalense:

No dia 28 do mez findo, os estudantes do lyceu do Funchal fizeram ruidosas manifestações de

protesto contra a demissão do reitor, snr. Damião Peres, causando estragos de importancia no edificio do lyceu e interrompendo o funnccionamento do conselho escolar.

Foi ordenado o encerramento do lyceu, no caso de continuarem os estudantes com distúrbios. ⁽²⁰⁾

Greves espontâneas, de protesto e políticas

Várias greves, de cariz espontâneo, foram desencadeadas para obtenção de uma satisfação imediata.

Os estudantes do lyceu do Carmo de Lisboa, procuraram o snr. ministro do interior, a quem pediram que as férias do natal comessem quinta-feira; e, como não foram attendidos, dirigiram-se em grande numero para o lyceu, fazendo parede e não compareceram às aulas. Houve grande berraria, tendo acudido a policia.

Compareceu então o snr. dr. Bernardino Machado que, depois de conferenciar com o respectivo reitor, determinou que as férias comessem effectivamente quinta-feira.

Á sahida do snr. ministro os estudantes promoveram-lhe uma ruidosa manifestação de sympathia ⁽²¹⁾.

Esta manifestação estudantil e a imediata reacção que ela provocou no então ministro Bernardino Machado revela o peso social que os estudantes liceais, muito mais do que os seus colegas dos Ensinos Técnicos ou Normal tinham, e a necessidade que um regime ainda há pouco implantado tinha de atrair a sua simpatia, mesmo a troco da violação das regras legais e imitando aquilo que tantas vezes tinha sucedido ao longo da Monarquia Constitucional.

Muitos movimentos grevistas respeitaram apenas a pequenos grupos de estudantes, sendo desencadeados como formas de contestação de actuações ou comportamentos de um ou mais professores. Principalmente nos primeiros anos da República era vulgar a publicação de notícias sobre eles, sendo muito raramente indicados os motivos.

Os alumnos de duas turmas do 6.º e 7.º annos do lyceu de Coimbra, estão em greve contra o professor snr. dr. Tamagnini de Mattos ⁽²²⁾.

A eclosão espontânea, ou a declaração planeada, de uma greve constituíam momentos de fractura

no decurso, mais ou menos sincopado, do dia-a-dia de cada instituição de Ensino. Variáveis quanto à duração, aos efeitos práticos, ao nível conflitual, aos motivos e ao número e qualidade de estudantes que envolvia, as greves registaram-se com frequência, muito particularmente ao longo da segunda metade da década inicial da República.

Várias greves tiveram um cariz nacional, muito particularmente as realizadas em 1915, 1917 e 1920, e, em alguns casos, não se limitaram a um único tipo de Ensino, extravasando para um ou mais dos outros. Tal sucedeu, essencialmente, quando a greve original eclodia no Ensino Liceal, declarando-se, depois, os alunos do Ensino Normal e os estudantes diurnos do Ensino Técnico em greve por questões de solidariedade. Estes movimentos grevistas gerais iniciavam-se sempre em Lisboa, ou no Porto e, com rapidez, espalhavam-se, quase como regra, à totalidade do País. Naquelas duas cidades existiam organizações estudantis transversais aos vários estabelecimentos de Ensino (a Federação Académica do Porto, ou a Junta Geral dos Liceus, em Lisboa, por exemplo), realizando-se, mesmo, reuniões nacionais:

Os alumnos do lyceu Camões, reunidos hoje em assembleia geral, deliberaram manter-se intransigentemente solidários com os seus collegas da província, devendo partir hoje para o Porto um delegado do mesmo lyceu, que ali vae para assistir ao Congresso Academico ⁽²³⁾.

Nestas greves, iniciadas, praticamente sempre, como forma de protesto contra a publicação de legislação considerada pelos grevistas como prejudicial aos seus interesses, os estudantes procuravam atrair para si o apoio público, visitando os jornais, a quem davam entrevistas, distribuindo manifestos à população e coordenando as suas acções com organizações formadas pelos seus encarregados de educação, a partir de reuniões de protesto realizadas por estes.

Iniciados os movimentos grevistas a partir do interior dos estabelecimentos de Ensino, os estudantes saíam, mantendo-se às suas portas, ou aí deixando piquetes, manifestando-se pelas urbes. Nestes movimentos, o choque com as forças policiais, da GNR, ou militares não era excepcional. Podia suceder devido à ocupação policial das escolas ordenada pelas autoridades, à oposição violenta dos grevistas à tentativa de ida às aulas de outros estudantes, ou a manifestações espon-

tâneas, não autorizadas, que, por vezes, assumiam características violentas.

Os alumnos dos lyceus de Passos Manuel, Pedro Nunes e Camões (...) declararam-se em greve, não comparecendo nas aulas.

(...) Quando uma comissão se dirigia ao lyceu de Gil Vicente a convidar os seus collegas d'alli a adherirem ao movimento, apesar da sua attitude ordeira sahíu-lhes á frente a policia e a guarda republicana, que para dispersar os rapazes fez correrias, salientando-se a policia, que os agrediu brutalmente a terçado, a socco e a pontapé (24).

Os alunos que eram militares estavam impedidos de fazer greve. Quanto aos restantes, geralmente a maioria, quando não todos, aderiu ao movimento grevista. As excepções correspondiam, quase sempre, a alunos dos primeiros anos e alunas dos vários anos obrigados a irem às aulas pelos seus encarregados de educação. Este último caso surge à evidência em diversos telegramas de responsáveis escolares à tutela, a quem informavam quotidianamente sobre a evolução da greve: *Hoje frequentaram trinta alunas primeira classe, catorze segunda, e duas sexta sciencias (25).*

Em muitos casos, as estudantes participavam nos movimentos grevistas ao lado dos colegas, mesmo quando eles eram de solidariedade, como foi o caso da acção de apoio, verificada durante a greve de 1917, das normalistas de Braga aos seus colegas liceais.

Os alumnos da Escola de Ensino Normal n'esta cidade, declararam parede geral, durante o praso de 48 horas a começar na tarde de hontem. É motivada por espírito de solidariedade (...)

As alumnas da referida escola declararam que igualmente adheriam em attenção á academia do Porto, que por um seu delegado mandou pedir esse apoio (26).

As alunas dos liceus femininos tiveram, por várias vezes, um papel activo nos movimentos reivindicativos, com particular destaque na Imprensa para as do lisboeta Liceu Maria Pia. Isso parece ter-lhes custado um tratamento policial idêntico ao dado aos seus colegas.

Esta tarde, esteve na redacção d'este jornal um grupo d'alumnos dos lyceus, com uma alumna do Lyceu Maria Pia, queixando-se da forma como a policia, na calçada do Sacramento, procede para com os grevistas. Os guardas (...) não se limitavam

a manter a ordem, que de resto não foi alterada. Andaram aos encontrões aos grevistas e, o que é mais condemnavel, por demonstrar uma falta de educação inconcebível, ás grevistas, alumnas d'aquelle lyceu, que não quizeram ir ás aulas. Não é para isso que a policia serve (27).

O protesto de *A Capital*, quanto à repressão sobre as alunas, mostra uma visão tipicamente epocal do papel e do lugar na sociedade das jovens estudantes liceais que, na sua grande maioria, pertenciam à elite social e, como tal, eram senhoras em formação, que mereciam outro tipo de respeito por parte da Polícia.

Academias e praxes

A realização ritual de praxes académicas, imitando, mais ou menos declaradamente, as realizadas na Universidade coimbrã, ou acrescentando-lhe variantes próprias de cada estabelecimento de Ensino parece ter sido introduzida logo nos primeiros anos de funcionamento de cada um deles. Talvez mais em evidência nos liceus, não deixava de suceder nas escolas de Ensino Técnico, ou nas de Ensino Normal. A sua existência estava de tal modo entranhada no quotidiano escolar que, muito raramente, imerge na documentação oficial, ou é relatada pela Imprensa. Embora o início da República, momento em que ainda estava bem viva a reacção anti-praxe em consequência da crise académica de 1907, fosse marcado por um esmorecer de determinados comportamentos ritualistas, muito particularmente nas instituições onde o credo republicano era forte, ou dominava, a situação parece ter-se alterado rapidamente, pelo menos em muitos liceus.



Turma do 7.º ano no átrio do Liceu Sá de Miranda

Alguns reitores terão mesmo tentado estancar este fenómeno, embora sem o conseguirem. Foi o caso do reitor bracarense Ferreira Botelho que, em correspondência para o Ministério da Instrução Pública, reproduzia um aviso que tinha mandado ler nas aulas:

A bem da disciplina deste estabelecimento e afim de evitar lamentaveis conflitos, são proibidas quaisquer manifestações ou actos que molestem os alunos ou visitantes sobretudo violencias físicas, mesmo a pretexto de obsoletas e antipaticas praxes (28).

A existência de Associações Académicas na generalidade, senão na totalidade, das escolas era um facto no período republicano. Para procurar as suas origens teríamos que recuar a um momento ainda indeterminado dos liceus oitocentistas. No caso do Liceu de Braga, por exemplo, este tipo de organismo representativo dos estudantes já existia, pelo menos, na década de 1880. Nessa altura, a existência destes organismos não estava legalmente prevista e foram mesmo proibidos no contexto da Reforma do Ensino Liceal de 1895. Na República a situação não se modificou e os reitores, quando se referiam às Associações e aos seus representantes, usavam sempre um tipo de linguagem bem consubstanciada na frase *o que se diz presidente da Academia (29)*.

A eleição das direcções associativas era noticiada usualmente na imprensa. Assim: *Em cumprimento das praxes académicas, procedeu-se hontem à eleição da mesa administrativa da Escola Normal, para gerir no anno lectivo de 1917-1918 (30)*, ou *Os alumnos da escola industrial Bartholomeu dos Martyres elegeram a sua comissão para o anno lectivo de 1912-1913, ficando assim constituída (31)*.

Organismos estudantis, espectáculos e cortejos rituais

Em torno destas associações existia uma série de organismos a elas ligados: Tunas, Orfeões, Grupos de Teatro. Estes organismos, que gozariam de autonomia, representavam uma cultura estudantil própria, que se foi forjando ao longo de decénios. Aos elementos culturais a ela imanentes misturavam-se fenómenos de marcada boémia.

Estes grupos, conjunta ou separadamente, colaboravam em récitas, ou outros tipos de espectáculos, que davam, geralmente mais de uma vez por

ano, na localidade onde a sua escola estava instalada.

A recita academica, realizada no sabado ultimo, decorreu com brilho.

Foram executados todos os diferentes numeros do programa, muito variado e de interesse (...) o produto [da festa] (...) reverteu em favor dum projectado passeio de estudo que a mocidade estudiosa da nossa terra tenciona levar a efeito, na proxima primavera. A Leiria, onde se exhibirá tambem com a recita que aqui efetuou.

Como da praxe, abriu o espetaculo com a excussão do hino academico, ouvido de pé e bem executado pela orquestra (...) O presidente da Academia, sr. Horacio de Seabra, fez em seguida a apresentação do grupo, num breve discurso, que diz sem afetação e de delicadas referencias á assistência feminina, recitando depois uma poesia a alumna D. Herminia Lima, que teve larga colheita de aplausos. (...)

O teatro estava lindamente decorado e literalmente cheio.

O grupo tenciona repetir o espetaculo, proximamente, em Anadia, Ovar e Oliveira de Azemeis. Colherá ali, certamente, equal numero de aplausos (32).

Este texto revela-se rico de informações sobre várias facetas da vida extra-lectiva dos estudantes liceais. Desde a organização de um espectáculo dimensional e esteticamente elaborado, sendo os estudantes, muitas vezes, ensaiados por actores profissionais ou amadores e, naturalmente, com a presença, na assistência, da generalidades dos seus colegas, para além de muitos parentes e de número significativo de membros das elites urbanas, até à programação de uma série de espectáculos na área de influência do liceu, de onde era natural a maioria dos alunos. Depois, a utilização do dinheiro obtido com os bilhetes, para a organização de outras actividades, aqui um «passeio de estudo», noutros casos com objectivos bem diferentes (numa récita anual do Liceu de Sampaio Bruno, o liceu feminino do Porto, é relatado pela Imprensa que a receita reverteu a favor da *Solidaria, associação protectora das alumnas pobres*. (33).

A realização de espectáculos em locais mais distantes era habitual, deslocando-se, por vezes, as várias organizações culturais de estudantes em digressão, que podia alargar-se a Espanha.



Orfeão do Liceu Gonçalo Velho

Partiram quinta-feira para o Alto Minho, percorrendo Vianna do castelo, Tuy, Monsão e Barcellos, os alunos do 7.º ano do Lyceu Central e a sua bem organizada tuna.

(...) Os académicos devem regressar a Braga amanhã ou terça-feira⁽³⁴⁾.

É perceptível, também, no texto em equação, a evidência que os presidentes das Associações Académicas assumiam em acontecimentos deste tipo. Do mesmo modo, torna-se importante salientar o papel assumido pelas alunas no decurso dos espectáculos actuando, em grupo, ou a solo.

Um momento de destaque marcante das Academias dos vários tipos de escolas residia na organização, por vezes conjunta, das Comemorações do 1.º de Dezembro que constavam, geralmente, de uma sessão solene intra-muros, de um desfile que percorria parte da urbe respectiva e de um espectáculo à noite, num teatro ou salão. A descrição de um destes conjuntos cerimoniais, sucedido em Braga, é bem ilustrativo da forma como dias destes eram organizados e decorriam.

Decorreram animadas as festas hontem realizadas, e promovidas pela academia bracarense, em comemoração da data gloriosa da independência portuguesa.

Logo de manhã foram queimadas salvas de foguetes e uma banda de musica percorreu as ruas executando os hymnos Academico e da Independencia.

Às 9 horas verificou-se no campo de D. Luiz um match de foot-ball, tocando uma banda de musica.

Ao meio dia effectuou-se no lyceu a sessão solemne, fallando vários oradores e tocando a tuna académica.

Perto das 2 horas sahiu o cortejo (...)

O cortejo era formado por varias associações locais, escolas de ensino normal e industrial, escolas officiaes, collegios, bombeiros, etc., tudo com suas bandeiras e duas bandas de musica.

A academia incorporava-se em grande numero, assim como a respectiva tuna, sendo constantemente levantados vivas à pátria, aos heroes de 1640, etc., e queimados muitos foguetes.

Nas ruas do percurso, as sacadas e janellas das casas ostentavam cobertores, e de algumas foram lançadas flores sobre os académicos.

À noite houve no teatro de S. Geraldo o espectáculo de gala, que esteve muito concorrido⁽³⁵⁾.

A visibilidade estudantil correspondia ao seu destaque e importância, simultaneamente simbólica e concreta, no contexto citadino. Após todo o cerimonial que foi descrito, os estudantes, já apenas os do sexo masculino, partiam para um noite marcada pelas brincadeiras tacitamente aceites pela população, que integravam o desvio de objectos e animais e o roubo ritual. Aquele desvio constava da troca de mobiliário urbano, de estabelecimentos, ou de particulares, do desvio de animais e do acto de os prenderem em vários locais, muito particularmente amarrando-os a sinos. O roubo ritual verificava-se essencialmente através do assalto às capoeiras, em certos casos com a anuência tácita dos donos, noutros mesmo sem ela, sendo levadas diversas galinhas para servirem de repasto em ceias mais ou menos clandestinas, em que o vinho em abundância estava sempre presente.

Os alunos de muitos estabelecimentos de Ensino, muito particularmente os dos liceus que funcionavam já há largas dezenas de anos, tinham herdado tradições festivas e cerimoniais criadas no passado e mantidas sob uma forma essencialmente ritualista e repetitiva, em que a inovação raramente tinha lugar, ano após ano.

Um dos mais marcantes ritos ciclicamente anuais deste tipo era o Enterro da Gata, realizado pelos estudantes liceais bracarense, pelo menos desde a década de 1880. Ele era pontuado por todo um cerimonial de exorcização da reprovação, chamada então de a gata, que era enterrada, no local crucial das festividades populares locais, após o desfile

solenizado de um cortejo pleno de ironias e críticas sociais e à vida interna do liceu, que se efectuava ao longo da cidade e com a assistência de parte significativa da população. Aliás, o essencial desse rito continua a decorrer na actualidade, tendo-se os estudantes da Universidade do Minho apropriado dele e tomando-o como seu.

Realizou-se sabbado de tarde o engraçado cortejo do enterro da «gata», promovido pelos alumnos do nosso lyceu.

Tomavam parte n'elle muitos figurões montando garranos e jericos, e varios carros allegoricos.

No ultimo ia o cadaver da gata, n'um pequenino caixão, acompanhado de muitos estudantes em trajos alusivos ao burlesco acto.

Este carro era tirado por 10 juntas de bois!

Fechava o prestito uma banda de musica tocando peças alegres⁽³⁶⁾.

O comemorativismo e a construção da consciência cívica

A República desenvolveu fortemente o comemorativismo no contexto das actividades extra-lectivas. A homenagem a heróis, a datas marcantes, ou a figuras destacadas da cultura pátria, intensificou-se significativamente, face ao que tinha sucedido no regime monárquico, tanto por iniciativa governamental, quanto por decisão das próprias instituições educativas. A participação na Primeira Guerra Mundial veio incrementar, ainda mais, este tipo de manifestações cívicas.

O culto camoniano teve sempre um lugar de destaque. Embora as sessões de homenagem se revestissem de formas diversas, a mais usual era do tipo da organizada, em 1924, na Escola Industrial de Fonseca Benevides.

Realizaram-se hontem nesta escola duas sessões de homenagem a Luiz de Camões, uma ás 11 horas, para os cursos diurnos, outra ás 9 horas da noite, á qual assistiram os alumnos dos cursos noturnos.

Em ambas as sessões usou da palavra o director d'aquelle modelar estabelecimento de ensino tecnico, expondo factos da vida de Camões e mostrando o seu grande valor como poeta épico, lyrico e dramático, incitando os seus alumnos a prestarem culto a esse grande português e admiravel espirito do seculo XVI, que foi dos mais extraordinários auctores da epopeia.

Alumnas e alumnos da escola recitaram trechos dos «Lusiadas» e alguns sonetos, sendo muito aplaudidos pela numerosa assistência a qualquer das referidas sessões⁽³⁷⁾.



Festa Nacional da Educação Física no Liceu Sá de Miranda

Estas sessões públicas serviam para reafirmar a ligação entre a Escola e a Comunidade onde esta se inseria, bem como colocar em saliência os docentes, enquanto transmissores culturais e mostrar de que forma as aprendizagens podiam incutir nos discentes uma profunda consciência cívica. Em certos casos, serviam também para mostrar publicamente os resultados do labor anualmente das actividades lectivas e do empenho dos estudantes na organização das cerimónias.

A exposição de trabalhos dos alunos, alguns verdadeiramente artisticos, e a ornamentação, levada a cabo com muito gosto pelos alunos com a cooperação dos respectivos professores, foi objecto da admiração de todos os visitantes, ainda os mais exigentes, pela boa disposição e ordem que em tudo havia⁽³⁸⁾.

Formas de confraternização e visibilidade pública – visitas de estudo, encontros entre escolas e acções de solidariedade

As visitas de estudo e as chamadas excursões escolares intensificaram-se ao longo da República. Muitas delas realizavam-se a instituições, serviços, ou empresas das próprias cidades, ou seus arredores.

Os alumnos da 5.ª classe do lyceu d'esta cidade, foram quinta-feira em visita de estudo ás fabricas de electricidade, de serração de madeira, de papel e de tecidos, sitas nas margens do Cávado.

Acompanharam-os os seus illustres professores (39).

Algumas destas visitas serviam para estabelecer laços entre estudantes de duas escolas, geralmente do mesmo nível de Ensino. Nestes casos, quase sempre eram utilizadas para, através da prática de cerimoniais públicos, serem colocados em evidência os estudantes e as respectivas instituições.

Chegaram hontem a esta cidade, no comboio das 12-53, os alumnos de ambos os sexos da Escola Normal de Villa Real.

Foram esperados na estação do caminho de ferro pelos normalistas d'esta cidade, que lhes fizeram uma carinhosa recepção, sendo levantados vivos e tocando a banda dos Orphãos de S. Caetano.

Formou-se um cortejo com os visitantes, seus collegas bracarenses e referida banda, dirigindo-se ao edificio da Escola Normal, onde se realizou a sessão de boas-vindas.

Durante o percurso, de algumas janellas foram lançadas flores sobre o cortejo.

[Após o discurso de docentes de cada uma das Escolas] *Falaram ainda um normalista d'esta cidade e outro de Villa Real, depois do que foram recitadas poesias e cantados trechos musicas. Aos visitantes foi oferecido um «copo de agua» pelos collegas bracarenses, trocando affectuosos brindes* (40).

Um outro tipo de confraternização, que praticamente nasceu neste período, foi o da realização de desafios desportivos, entre equipas de duas escolas. O desporto mais praticado era já o futebol, sendo os jogos geralmente disputados em campos pertencentes a clubes e com assistência de muito público não ligado às escolas.

As Festas Nacionais da Educação Física passam a ser organizadas, dentro de um programa de origem higienista, que valorizava a prática física, muito particularmente da Ginástica, como forma de combater as doenças que afectavam a juventude e de contribuir para o que era designado como o revigoramento da Raça. Estas festas eram realizadas em cada estabelecimento de Ensino, com a participação dos seus alunos mas, numa fase posterior, eram feitos festivais reunindo alunos de diversas escolas.

Uma outra forma de visibilidade pública dos estudantes era a da organização de acções de solidariedade, expressos principalmente através da organização de bandos precatórios, consistindo

em peditórios públicos, cujo resultado servia para apoiar diversas instituições, ou grupos de indivíduos.

Os alumnos dos lyceus, e outros institutos de instrução secundaria de Lisboa, realisaram quarta-feira bandos precatórios a favor da Cruz Vermelha e das familias dos soldados mortos em Africa (41).

O activismo político

No quotidiano de muitos estudantes, principalmente dos mais velhos, também se integrava a actividade política. Num momento de implantação revolucionária de um novo regime, as opções ideológicas de muitos alunos eram assumidas de forma extremada, muito particularmente entre os campos republicano e monárquico. As associações estudantis foram atravessadas por fracturas evidentes, logo após o 5 de Outubro, de ordem política.

De um lado, foram criadas organizações republicanas estudantis, de que o caso mais saliente parece ter sido o da Liga Académica Republicana. Do outro, estudantes participaram em conspirações, lutaram, ou apoiaram, as tentativas monárquicas de invasão do País e agruparam-se em torno de organizações juvenis criadas, em torno da Igreja Católica, muito particularmente a Juventude Católica.

Dois notícias, relativas a Braga e à actividade política divergente de muitos jovens que aí estudavam, mostram bem o fervilhar das opções políticas no início da República.

No lado republicano, estudantes organizam e participam numa actividade de propaganda:

No comboio das seis horas e meia da tarde de hontem chegou a esta cidade o sr. dr. Alfredo de Magalhães, deputado da nação, para fazer uma conferencia no Centro Republicano Districtal, a convite da Liga Academica Republicana.

Era esperado por bastantes republicanos, academicos e diferentes pessoas, que o acompanharam até o Grande Hotel Gomes & Mattos, n'uma marcha aux flambeaux, havendo na estação e durante o trajecto vivas e palmas (42).

Já quanto aos monárquicos, um estudante liceal, absolvido no julgamento em que era acusado de ser conspirador, é recebido em triunfo pelos seus amigos:

Motta, que é alumno do 7.º anno do lyceu, e sobrinho do venr. Dr. Santos Motta, professor do

mesmo estabelecimento, regressou hontem a esta cidade, no comboio das 4.2 da tarde, acompanhado de seu respeitável tio.

A academia do lyceu foi á estação do caminho de ferro esperar o seu collega e professor, e acompanhou-os, encorporada, até á casa d'este (43).

Um sentido específico de pertença e os conflitos entre estudantes de escolas diferentes

Um outro ponto de fractura verificava-se entre os alunos de Escolas diferentes. Diversas notícias em jornais dão conta de incidentes violentos entre estudantes liceais e estudantes do Ensino Técnico, ou normalistas. Os motivos imediatos são diversos, mas o que merece saliência é o sentido de pertença a um corpo específico e diverso dos restantes – o formado pelos alunos de uma determinada escola. Por outro lado, a existência da sensação de que todos os alunos do mesmo tipo de Ensino têm interesses comuns que forjam solidariedades entre si e antipatias viscerais contra os dos restantes tipos.

Um acontecimento marcante, e exemplar quanto ao se acabou de dizer, respeita ao violento confronto, sucedido durante a greve liceal de 1917, entre várias centenas de estudantes liceais e do Ensino Técnico de Lisboa.

De repente do lado da Escola Marquez de Pombal, surge um avultado numero de estudantes em attitude aggressiva, munidos de paus, ferros e pedras. Os academicos põem-se em guarda e vão 'municar-se' também enchendo os bolsos de pedras e ficando na expectativa.

(...) As pedras começam a ser arremessadas pelos da Escola Marquez de Pombal, e n'um abrir e fechar d'olhos ninguém se entende havendo 'corps-à-corps' violentos e pedrada bravia. (...)

Chovem as primeiras pedras. Um numeroso grupo de estudantes da Escola Marquez de Pombal vem-se reunir ao da Rodrigues Sampaio. Os do lyceu avançam, os outros recuam para tornar e avançar e novamente recuar. As pedras de lado a lado não cessam e em estilhas voam alguns vidros dos estabelecimentos e casas particulares. As janellas estão abertas e cheias de espectadores que gosam o espectáculo (44).

A Instrução Militar Preparatória na construção de um novo espírito patriota

Muitos outros elementos traçavam a vida quotidiana estudantil. Desde logo, a Instrução Militar Preparatória que a República procurou implementar, com mais ou menos sucesso. Era uma forma de integrar os estudantes do sexo masculino num espírito nacionalista e republicano, visando a sua consciencialização para a indispensabilidade de se prepararem moral, física e militarmente, sempre que se mostra-se necessário, para a defesa da Pátria. Ela devia começar logo na Escola Primária, com exercícios próprios dirigidos pelos professores e, com a entrada no Ensino Secundário, por docentes de educação Física e instrutores militares. A partir dos 16 anos, devia ter lugar nos quartéis, mas isso nem sempre se revelou possível. Muitos estudantes, por razões diversas, desde as ideológicas, até à consideração que tal não se coadunava com a sua vida privada, faltavam continuamente aos exercícios do que resultava as autoridades militares queixarem-se continuamente aos reitores e directores, sem especiais resultados práticos.

O(s) quotidiano(s) para além das Escolas

Terminadas as aulas no início, ou a meio, da tarde, uns estudantes dirigiam-se para as suas residências, por vezes distantes (utilizando principalmente já as primeiras carreiras de autocarros, mas principalmente o comboio, tendo o crescimento da rede ferroviária sido essencial para a atracção de novos públicos escolares), enquanto outros se dirigiam para as escolas privadas, ou explicadores, para estudarem e preparem as lições do dia seguinte. Claro que muitos alunos do Ensino Técnico iam ajudar os pais nos estabelecimentos comerciais, ou industriais que possuíam, ou, mais desfavorecidos economicamente e com patrões que aceitavam que estudassem, trabalhar várias horas como empregados comerciais, paquetes, ou aprendizes officinais, ou fabris. Claro que o maior número destes últimos alunos estudava, com a regularidade que lhes era permitida, ou não, pelas entidades patronais, nos cursos técnicos nocturnos.

As marcas impressas, no quotidiano que documentalmente nos foi deixado, pelas jovens é muito mais ténue e de reconstituição muito mais difícil. Com um controle parental, de outros encarregados de educação, ou dos responsáveis pelas escolas ou residências particulares onde eram alojadas, muito mais estrito que o exercido sobre os seus colegas, certamente que estudariam as lições como eles, mas, para além disso, seriam remetidas à aprendizagem prática das chamadas prendas femininas e, sempre que os pais tivessem possibilidade, ao estudo de um instrumento musical, preferencialmente o piano, e, talvez, do canto. A sua liberdade no espaço urbano era reduzida, muitas vezes com imposição de outras companhias femininas e pontuada de zonas de entrada, ou de passagem, interditas. Muito provavelmente, e principalmente a partir do período do pós-guerra, algumas janelas de circulação e de liberdade abriram-se, com destaque para as cidades maiores, através da possibilidade de frequência de cinemas, ou de passeios, nos finais das tardes. Para além disso, a sua integração nos grupos cénicos, ou corais das suas escolas, proporcionava-lhes uma convivência talvez menos vigiada com os seus colegas e que as visitas de estudo, ou as digressões dos referidos grupos incrementariam.

O ciúme, que as questões relacionais entre os estudantes dos sexos, por vezes, provocavam podia conduzir a actos violentos e com graves consequências:

Quarta-feira de tarde, em castello branco, o estudante Clarimundo Couto, de 17 anos, matou com dois tiros de revólver Joaquim Antunes dos Santos, de 20 anos.

Motivos amorosos deram origem ao crime (45).

Noite, boémia, conflitos e lutas

A noite era para muitos jovens estudantes, com autorização dos pais, ou apenas por se encontrarem com ténue ou nenhuma vigilância, um tempo de descoberta de comportamentos desaconselhados ou interditos pelos códigos morais da Igreja, ou dos grupos sociais dominantes. A urbe, geralmente pouco iluminada, era o espaço a conhecer e a conquistar nas suas cambiantes específicas, talhadas pelas horas tardias.

Tomadas as refeições em pequenas pensões, ou em tabernas, avançavam para os cafés, para con-

versarem em grupo, formando tertúlias intelectuais, apenas se divertindo, ou jogando, especialmente bilhar. Aí se declamavam poesias, se sonhavam livros, ou se planeavam jornais, os famosos jornais estudantis, de esforçado lançamento, com menor ou maior valia jornalística e literária, e, quase sempre, rápido fim. Daí também se partia para digressões pelas ruas sujas, pejudas de mendigos, vadios, crianças famélicas e abandonadas e prostitutas semi-clandestinas, por não estarem inscritas como toleradas, que faziam o seu giro, ou para os arredores.

Nestas passeatas, quando em grupo, as cidades eram, de quando em vez, acordadas por música, gritos desabridos, quebra de mobiliário urbano, rebentamento de canos. A embriaguez de muitos estudantes provocava estes comportamentos censurados, mas tacitamente aceites, por quem era seu familiar, ou dependia deles para a sua sobrevivência ou prosperidade económica. Como calado, mas também admitido como forma de passagem para a vida adulta, era a visita aos bordéis, onde muitos estudantes iniciavam a sua vida sexual, bem como, em muitos casos, apesar da vigilância sanitária exercida sobre as casas das toleradas, o seu contacto com as doenças sexuais.

Os incidentes entre grupos diferentes de estudantes, fossem ou não de estabelecimentos de Ensino diversos, ou destes com trabalhadores, não eram raros e podiam terminar no Tribunal.

Quinta-feira foi julgado, no Porto, o estudante militar Alberto Teixeira dos Santos, que em 26 de Maio ultimo, na rua das Fontainhas, depois de uma contenda com uns seus colegas, disparou um tiro de pistola matando o académico Francisco Pinheiro (46).

A truculência estudantil, principalmente de certos alunos liceais habituados a serem tratados, enquanto membros das elites sociais, com reverência, levava-os a desrespeitar constantemente aqueles que consideravam como seus inferiores e a enfrentar, sem temor, a polícia, quando esta tentava sanar os conflitos que eles tinham iniciado. É possível encontrar na imprensa ecos frequentes destas situações, de que se transcreve um caso bem significativo.

Na madrugada de hontem deu-se no Bom Jesus uma grande desordem.

Um grupo de estudantes praticou sérios desacatos nos baixos do hotel Sul-Americano, elevando-se

os prejuízos a cerca de réis 200\$000, sendo quebradas as portas e janellas de vidraça ao rez-do-chão e causando prejuízos n'outros objectos.

Deu motivo á desordem, segundo informes colhidos no commissariado de policia, o facto de um dos creados do referido hotel pagar-se de 100 réis por um calix de vinho fino.

D'alli o mesmo grupo dirigiu-se para o local do Elevador, e depois de insultar sem motivo os empregados (...) agrediu-os com grossos varapaus, resultando graves ferimentos nos dois empregados, na cabeça e nas mãos, e bem assim contusões varias pelo corpo.

A certa altura do conflicto compareceu a policia, resultando ao guarda civil n.º 74 receber duas cacetadas n'um hombro e outra na canella da perna direita.

Este guarda, que a custo se pôde ver livre dos aggressores, capturou um estudante, natural da Povia de Lanhoso e residente n'esta cidade, o qual esteve detido algumas horas apenas.

Os feridos receberam curativo no banco do hospital de S. Marcos, e os desordeiros vão ser entregues ao poder judicial (47).

Algumas considerações finais

Os estudantes sempre representaram um elemento em destaque na paisagem urbana. No caso dos alunos dos Ensinos Liceal, Técnico e Normal na Primeira República isso é marcante. Neste artigo, os primeiros estão em maior evidência, quer pelo facto da documentação escolar consultada a eles dizer essencialmente respeito, quer pelo destaque que, praticamente sempre, recebiam nos jornais, comparativamente com os restantes.

Aqui não se procurou tanto descobrir os ritmos indistintos das rotinas diárias, mas antes os traços salientes dos quotidianos. Encontramos os alunos nas suas vivências escolares, entrando em edifícios bisonhos e desconfortáveis, sem a vigilância e o acompanhamento que proporcionasse a construção da auto-disciplina que certas reflexões livrescas, ou relatórios ficcionados a partir do real, então produzidos, asseguravam existir. Os reitores e os professores minhotos, é certo, não navegaram neste mar de cartão, antes assumiram as dificuldades e as realidades do frágil e difícil controlo disciplinar. A indisciplina era pontuada pelo desrespeito entre

alunos, pelo insulto fácil, pela violência quase sempre exercida sobre os mais frágeis, pelas agressões duras e incontroladas.

Os professores, mesmo os reitores ou directores, eram alvo de atitudes pouco respeitadas, pelo menos por parte de alguns alunos, quando não de agressões gratuitas, principalmente na época do ano em que fervilhava a tensão – o período de exames.

As greves representavam o momento culminante das movimentações de protesto estudantil. Nelas enfrentava-se explicitamente a autoridade – do professor, do responsável máximo do estabelecimento de Ensino, do Governo. Muitas vezes prolongadas, revelando persistência, organização e, frequentemente, sendo o resultado da união de esforços com os encarregados de educação e outros interesses (principalmente dos responsáveis do Ensino Particular, ou das organizações juvenis católicas de tendência essencialmente monárquica), não refluíam em caso de confronto com as forças policiais, e os seus autores procuravam o apoio da opinião pública e dos jornais.

Fenómeno real, mascarado pela clandestinidade formal, as organizações académicas e os seus organismos mais, ou menos, autónomos tinham uma presença constante de atracção de muitos alunos e de visibilidade representativa da Academia. No seu seio conservaram-se, recriaram-se, ou construíram-se ritos próprios e trajos específicos. Em torno delas, traçaram-se alianças permanentes com as suas similares, ou conjunturais, rapidamente transformadas em enfrentamentos violentos, com as que eram diferentes, porque não do mesmo nível.

Num momento em que um novo regime necessitava de se consolidar, num contexto de um nacionalismo renovado e dum País rapidamente em tempo de Guerra, o comemorativismo pontuava muitos dos momentos marcantes das instituições educativas. A ele aderiam e nele participavam activamente muitos dos jovens que vimos seguindo.

Num regime de dominante coeducação, muito mais que de coeducação, as estudantes também se afirmavam quotidianamente, convivendo, apesar das tentativas em contrário, permanecendo lado a lado com os seus colegas nos momentos mais relevantes da vida intra-muros, ou da luta reivindicativa. No entanto, fora das escolas, os seus movimentos eram geralmente vigiados, a sua liberdade coarctada, pelas convenções do papel predominantemente atribuído à

mulher e pelas actuações práticas dos responsáveis pela sua educação.

A noite, a boémia, a embriaguez, a luta, o jogo, a procura das margens sociais, a frequência do mundo prostitucional, eram reservados aos jovens estudantes que, neste contexto, assumiam uma cultura académica, também ela com raízes na profundidade do tempo, apenas masculina. ▀

Referências bibliográficas

ADÃO, ÁUREA (2001). *As políticas educativas nos debates parlamentares. O caso do Ensino Secundário Liceal*. Lisboa: Assembleia da república e Edições Afrontamento.

AZEVEDO, RODRIGO (1993). «Os alunos do Liceu de Braga durante a 1.ª República.» *Bracara Augusta*, vol. XLIV, n.º 96, pp. 197-244.

AZEVEDO, RODRIGO (1998). «Formação Moral, prudente vigilância, e correcção oportuna». Disciplina e incidentes críticos no Liceu de Viana do Castelo (1926-1950)», *Revista Portuguesa de Educação*, n.º 11 (2), pp. 123-150.

AZEVEDO, RODRIGO (2003). «Liceu Sá de Miranda» in António Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara, *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias*. Porto: Edições ASA., pp. 118-141.

AZEVEDO, RODRIGO (2003). «Liceu Gonçalo Velho» in António Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara, *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias*. Porto: Edições ASA., pp. 748-769.

AZEVEDO, RODRIGO E LOPES, CRISTIANA FREITAS (2003). «Liceu Gonçalo Velho» in António Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara, *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias*. Porto: Edições ASA., pp. 344-363.

AZEVEDO, RODRIGO (2004) *O Ensino Secundário Liceal e Técnico e a Sociedade no Minho (1845-1947)*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2 vols.

AZEVEDO, RODRIGO (2004). «Normas disciplinares e transgressão no Ensino Técnico. A Escola Industrial e Comercial de Viana do Castelo (1951-1974)», in: António Gomes Ferreira (org.), *Escolas, Culturas e Identidades*. III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Comunicações. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, vol. III, pp. 495-510.

AZEVEDO, RODRIGO (2009). «Norma, vigilância, indisciplina violência e sanção no Ensino Liceal Português durante a Monarquia Constitucional (1845-1910)» in: *Cd Actas do IX Congresso Iberoamericano de História*

da Educação Latino-Americana. Sociedade Brasileira de História da Educação: Rio de Janeiro.

AZEVEDO, RODRIGO (2011), «Marcas do Estado Novo na Educação Feminina no Ensino Secundário» in: AA. VV. *Quem tem medo dos feminismos?* Lisboa: Nova Delphi, vol. 1, pp. 301-315.

BARROSO, JOÃO (1995), *Liceus-Organização Pedagógica e Administração (1836-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols.

ESTRELA, MARIA TERESA, *Une étude sur l'indiscipline en classe*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

FOUCAULT, MICHEL, *Surveiller et punir*. Paris: Éditions Gallimard, 1975.

FOUCAULT, MICHEL, *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Rio Forense Universitária, 1986.

HENDRICK, HARRY, *Images of Youth: Ages, Class and the Male Youth Problem, 1880-1920*. Londres: Clarendon Press, 1990.

NÓVOA, ANTÓNIO E SANTA-CLARA, ANA TERESA (COORD.) (2003). *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias*. Porto: Edições ASA.

Ó, JORGE RAMOS DO, (2003) *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX-meados do século XX)*. Lisboa: Educa.

PRAIRAT, E., *Eduquer et Punir. Genealogie du Discours Psychologique*. Nancy: Presses Universitaire de Nancy. 1994.

FONTES

Arquivo da Escola Secundária Sá de Miranda

NÚCLEO DO LICEU SÁ DE MIRANDA

Livros de Actas do Conselho Escolar (1905-1936)
Livro de Actas do Conselho Geral de Professores (1916-1921)

Livro de registo da correspondência recebida (1921-1936)

Copiadores de correspondência expedida (1909-1927)
Copiadores de diversa correspondência recebida (1923 e 1925)

Arquivo da Escola Secundária de Santa Maria Maior

NÚCLEO DO LICEU GONÇALO VELHO

Livros de Actas do Conselho Escolar (1884-1948)
Livros de Actas do Conselho de Professores Efectivos (1919-1930)

Livro de registo da correspondência recebida (1921-1936)

Copiadores de correspondência expedida (1909-1928)
Copiadores de correspondência recebida (1907-1926)

Arquivo da Escola Secundária Martins Sarmiento

Núcleo do Liceu Martins Sarmiento

Livros de Actas do Conselho Escolar (1908-1934)
Livro de registo da correspondência recebida e expedida (1912-1931)

Pastas de correspondência recebida e expedida (1903-1932)

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

Núcleo da Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares

Livro de Actas do Conselho Escolar (1925-1938)
Copiadores de correspondência expedida (1901-1931)

Imprensa

O Ave (1910-1911)
A Capital (1910-1926)
Campeão das Províncias (1910-1926)
O Commercio do Porto (1910-1926)
O Democrata (1910-1912)
Echos do Minho (1912-1919)
Jornal de Notícias (1910-1926)

Notas

(¹) «Para estudantes» in *Campeão das Províncias*, n.º 6004 de 19 de Outubro de 1910, p. 3.

(²) «Meninas» in *O Commercio do Minho*, n.º 5740 de 5 de Setembro de 1911, p. 3.

(³) «Professora» in *O Commercio do Porto*, Ano LVII, n.º 235 de 5 de Outubro de 1910, p. 3.

(⁴) «Professor e explicador» in *O Commercio do Minho*, n.º 5753 de 7 de Outubro de 1911, p. 2.

(⁵) «Lyceu Central de Braga – Representação», *idem*, n.º 5919 de 23 de Novembro de 1912, p. 2.

(⁶) Ofício, de 25 de Novembro de 1913, do reitor para a Repartição de Instrução Secundária in Livro n.º 6 do Copiador de Correspondência Expedida do Liceu Sá de Miranda, p. 203v.

(⁷) *Idem*.

(⁸) Acta da reunião de 2 de Janeiro de 1912 do Conselho Escolar in Livro n.º 4 de Actas do Conselho Escolar do Liceu Sá de Miranda, pp. 171v e 172.

(⁹) *Idem*, p. 172.

(¹⁰) Acta da reunião de 14 de Janeiro de 1920 do Conselho Geral de Professores in Livro de Actas do Conselho Geral de Professores do Liceu Sá de Miranda, p. 80.

(¹¹) «Brincadeiras escolares» in *O Commercio do Minho*, n.º 6079 de 20 de Dezembro de 1913, p. 1.

(¹²) Acta da reunião extraordinária de 21 de Maio de 1917 do Conselho Escolar in Livro n.º 4 de Actas do Conselho Escolar do Liceu Gonçalo Velho, p. 72v.

(¹³) Acta da reunião de 10 de Dezembro de 1915 do Conselho Escolar, in Livro cit., p. 59v.

(¹⁴) Acta da reunião extraordinária de 27 de Junho de 1912 do Conselho Escolar in Livro cit., pp. 16 e 16v.

(¹⁵) Acta da reunião extraordinária de 20 de Janeiro de 1920 do Conselho de Professores Efectivos in Livro n.º 1 de Actas do Conselho de Professores Efectivos do Liceu Gonçalo Velho, pp. 16 e 16v.

(¹⁶) «Lyceu Central» in *O Commercio do Minho*, n.º 6371 de 14 de Dezembro de 1915, p. 2.

(¹⁷) Ofício do reitor de 19 de Agosto de 1913 para o Director Geral da Instrução Secundária in Livro n.º 6 do Copiador de Correspondência Expedida do Liceu Sá de Miranda, pp. 184 e 184v.

(¹⁸) «Tumultos académicos» in *O Commercio do Minho*, n.º 6010 de 8 de Julho de 1913, p. 1.

(¹⁹) «Aggressão» in *O Commercio do Porto*, Ano LVIII, n.º 174 de 26 de Julho de 1911, p. 2.

(²⁰) «Motim de estudantes», in *O Commercio do Minho*, n.º 6097 de 3 de Fevereiro de 1914, p. 1.

(²¹) «Grève de estudantes», *idem*, n.º 5369 de 21 de Dezembro de 1910, p. 1.

(²²) *Idem*, n.º 5630 de 3 de Dezembro de 1910, p. 2.

(²³) «Conflicto académico» in *A Capital*, n.º 2600 de 14 de Novembro de 1917, p. 2.

(²⁴) «O conflicto académico», *idem*, n.º 2587 de 1 de Novembro de 1917, p. 2.

(²⁵) Telegrama, de 8 de Dezembro de 1917, do reitor ao ministro da Instrução Pública in Livro n.º 8 do Copiador de Correspondência Expedida do Liceu de Sá de Miranda, p. 22v.

(²⁶) «Parede escolar» in *Echos do Minho*, n.º 1449 de 5 de Dezembro de 1917, p. 2.

(²⁷) «A grève dos lyceus» in *A Capital*, n.º 2592 de 6 de Novembro de 1917, p. 1.

(²⁸) Ofício do reitor Ferreira Botelho, de 31 de Outubro de 1914, ao Chefe de Gabinete do Ministro da Instrução in Livro n.º 7 do Copiador de Correspondência Expedida

do Liceu Sá de Miranda, pp. 28 e 28v.

(²⁹) Acta da sessão do Conselho Escolar de 27 de Janeiro de 1912, in Livro n.º 4 de Actas do Conselho Escolar do Liceu Sá de Miranda, p. 179.

(³⁰) «Governo académico» in *Echos do Minho*, n.º 1440 de 24 de Novembro de 1917, p. 2.

(³¹) «Comissão académica» in *O Commercio do Minho*, n.º 5921 de 28 de Novembro de 1912, p. 2.

(³²) «Teatro-aveirense» in *Campeão das Provincias*, n.º 6470 de 26 de Fevereiro de 1916, p. 4.

(³³) «Arécita annual do Lyceu Feminino» in *O Commercio do Porto*, Ano LXX, n.º 120 de 23 de Maio de 1924, p. 2.

(³⁴) «Digressão académica» in *Echos do Minho*, n.º 318 de 1 de Fevereiro de 1914.

(³⁵) «1.º de Dezembro», in *O Commercio do Minho*, n.º 6072 de 2 de Dezembro de 1913, p. 2.

(³⁶) «Enterro da "gata"», *idem*, n.º 5999 de 10 de Junho de 1913, p. 1.

(³⁷) «Na Escola Industrial de Fonseca Benevides» in *O Commercio do Porto*, Ano LXX, n.º 136 de 11 de Junho de 1924.

(³⁸) «As festas camoneanas» in *Campeão das Provincias*, n.º 6798 de 17 de Junho de 1922, p. 3.

(³⁹) «Excursão académica» in *O Commercio do Minho*, n.º 6128 de 18 de Abril de 1914, p. 2.

(⁴⁰) «Normalistas» de Villa Real, *idem*, n.º 6589 de 31 de Maio de 1917, p. 3.

(⁴¹) «Bandos precatórios», *idem*, n.º 6247 de 6 de Fevereiro de 1915, p. 1.

(⁴²) «Interior», *O Commercio do Porto*, Ano LVIII, n.º 269 de 15 de Novembro de 1911, p. 1.

(⁴³) «Réus políticos absolvidos – Manifestação», in *O Commercio do Minho*, n.º 5906 de 22 de Outubro de 1912, p. 2.

(⁴⁴) «Gréves Academicas. Aggrava-se a dos alumnos dos lyceus havendo correrias, pranchadas, pedradas e ferimentos» in *A Capital*, n.º 1900 de 18 de Novembro de 1915, p. 2.

(⁴⁵) «Assassinatos» in *O Commercio do Minho*, n.º 6289 de 18 de Maio de 1915, p. 2.

(⁴⁶) In *idem*, n.º 5781 de 16 de Dezembro de 1911, p. 2.

(⁴⁷) In *idem*, n.º 6588 de 29 de Maio de 1917, p. 3.